



PRIMEIRO  
MINISTRO

**ALOCUÇÃO DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
KAY RALA XANANA GUSMÃO  
POR OCASIÃO DO VII FÓRUM DE DEMOCRACIA DE BALI**

**“Arquitectura Democrática Regional em Evolução”**

Bali, Indonésia  
10 de Outubro de 2014



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste

Sua Excelência, Presidente da República da Indonésia, Dr. Susilo Bambang Yudhoyono

Sua Majestade, Sultão do Brunei-Darussalam, Sultão Hassanal Bolkiah Mu'izzaddin Waddaulah

Sua Excelência, Presidente da República das Filipinas, Benigno S. Aquino III

Excelência, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Marti Natalegawa

Distintos Chefes de Delegação

Distintos Participantes

Senhoras e Senhores

O tema para este ano, se não vem dar uma resposta a algumas questões importantes que a nossa região enfrenta, poderá pelo menos abrir perspectivas mais abrangentes aos desafios de hoje.

O contexto regional pode circunscrever-se à ASEAN como alargar-se para além dela. É sabido que a ASEAN é uma organização regional com dezenas de anos de existência, com uma história concreta no passado e um presente que exige resposta para maiores desafios, tendo em conta a actual conjuntura mundial. O futuro dependerá do que hoje acreditamos poder fazer para assegurar uma ASEAN sólida e vibrante, tendo em conta que este século é, como todos dizem, o século da Ásia.

E vai ser a ASEAN, ou as nações que compõem a ASEAN, o objecto da minha análise. Será, assim, neste quadro sócio, político e económico, que eu gostaria de partilhar aqui os meus pontos de vista relacionados com o tema deste ano: 'Arquitectura Democrática Regional em Evolução'.

Senhoras e Senhores

Como já referi várias vezes, em anteriores FDB, sem desenvolvimento não pode haver democracia - uma democracia sadia, uma democracia responsável, uma democracia onde há direitos para todos, mas também deveres para todos os cidadãos.

Na actual conjuntura mundial, os países ocidentais ou as democracias desenvolvidas exigem um cumprimento integral de todos os padrões, que nos são impostos sob a forma de todo o tipo de convenções, independentemente de sermos ou não capazes de os implementar.

As democracias desenvolvidas não são capazes de perceber que acompanhamos, diariamente, os seus próprios problemas, em termos de violação dos direitos humanos e em termos das infelizes respostas democráticas que dão às suas crises.

Hoje em dia, as manchetes na imprensa ocidental, que influenciam a sociedade civil e a imprensa nos nossos países, focam-se excessivamente na corrupção nos países em desenvolvimento. Não negamos que existe. Contudo, no início deste ano, a BBC revelou que a Europa, que atravessa uma crise financeira, regista anualmente mais de 12 mil milhões de euros em corrupção. E o que podemos dizer do crime de fraude e especulação, ditadas pela ganância de lucros, dos mais importantes bancos do mundo? Há alguns meses atrás, o próprio Banco da América lidou com uma fraude de cerca de 16 mil milhões de dólares!

Isto vem no seguimento de uma onda sucessiva de declarações de fraude e de especulação de bancos de renome nos Estados Unidos e pela Europa fora, enquanto os padrões das organizações financeiras internacionais nos obrigam a ter, nos nossos países, bancos com uma classificação de 'AAA'! Há uma semana atrás, a notícia muito curiosa foi que milhões de clientes do JP Morgan tiveram as suas contas bancárias atacadas, somando-se ao escândalo dos últimos anos.

Isto tudo só revela uma total inconsistência na aplicação de padrões, para as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas, enquanto, por outro lado, a violação dos direitos humanos nas democracias desenvolvidas é sempre justificada com a já demasiadamente conhecida 'segurança interna' desses países.

Senhoras e Senhores

Eu tive o privilégio de presidir, por um ano, a Comissão Social e Económica das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico, sediada em Bangucoque.

Os problemas que identificámos dizem respeito à desigualdade social e económica em cada e entre os países da Ásia e Pacífico.

Enquanto as situações de pobreza, na nossa região e em cada um dos nossos países, nos preocupam, o mundo avalia-nos sob a lente da democracia e dos direitos humanos.

A ASEAN, como uma organização de cooperação, entre 10 estados-membros, lida não só com o sector económico, mas também com outros, incluindo o sector político, em relação à percepção comum e aos pontos de vistas iguais, sem prejuízo das opções políticas de cada um.

Senhor Presidente

Distintos Participantes

Senhoras e Senhores

É nesta perspectiva que eu gostaria de abordar o papel da ASEAN, no âmbito do tema deste ano, neste VII FDB.

A ASEAN tem assegurado o seu mecanismo de mútuo respeito pela soberania de cada país, da não-interferência nos assuntos internos e de uma política colectiva em relação a importantes áreas que todos concordam ser de interesse comum.

Depois de décadas de existência, sou da opinião de que deve haver uma revisão dos seus mecanismos de cooperação, para que se torne mais eficiente na resposta a várias questões que se colocam individualmente e a todos os membros.

Neste mundo globalizado que exige a cada país responder, com certa dose de responsabilidade, às questões cruciais que a humanidade enfrenta, temos que considerar como a nossa região se posiciona perante as exigências do mundo de hoje.

Esta necessidade surge porque temos de ser donos dos nossos destinos e não podemos continuar a ser sobressaltados pelas avaliações que os poderosos fazem de nós. A imprensa internacional é imparável na pesquisa e a revelar os nossos pontos fracos e a colocar-nos como países resistentes à democracia e os padrões que os peritos e jornalistas escrevem sobre nós nos seus relatórios.

A nossa região ainda é vulnerável em muitos aspectos, sobretudo no ambiente político. Nenhum de nós pode evitar as críticas do exterior, especialmente no que se refere aos sistemas de governo que, temos que reconhecer, não são homogéneos entre nós.

Temos que pensar como evitar que os países poderosos, na medida em que são sofisticadamente organizados e treinados nesta matéria, promovam ou provoquem uma primavera asiática para destabilizar as nossas economias, os nossos processos e destruir as nossas sociedades.

A ASEAN é já uma referência de tolerância numa diversidade cultural multidimensional, mas carece de uma maior sinergia em termos económicos, para que possamos fazer verdadeiramente parte do propalado 'século da Ásia'. A desigualdade social e económica na nossa região deve figurar sempre na agenda de trabalho, lembrando-nos sempre que estes são os tópicos preferidos de apoio e intervenção

externos que realçam, sempre que podem, o problema dos direitos humanos, da democracia e da corrupção.

A ASEAN deveria ou poderia ter um órgão político, ao mais alto nível, para trocar pontos de vista e acomodar discussões, que seriam de vital importância para a integridade da organização, a sua credibilidade actual e sua vitalidade futura.

### Senhoras e Senhores

Os interesses do mundo são avaliados pelas grandes potências, segundo os seus próprios valores e os seus interesses económicos, como muitos relatórios produzidos pelas próprias o atestam. Para isso, as grandes multinacionais nunca, mas nunca desperdiçaram qualquer oportunidade para praticar fraude, actuando deliberadamente com desonestidade, em conluio com esses países ricos e desenvolvidos. Essas democracias ocidentais pregam a transparência e o direito internacional, enquanto apoiam as multinacionais a subverter as sociedades dos países em desenvolvimento, sob o pretexto da liberdade da imprensa, para criar instabilidade e, segundo os seus planos, provocar mudanças no governo, onde e quando essas mesmas multinacionais podem impor, sob todos os meios, para seu próprio lucro.

E quando são capazes de criar instabilidade, classificam o país como um 'país de risco' ou um Estado como estando 'em vias de se tornar um Estado falhado', para assim poderem impor condições mais favoráveis para a exploração dos recursos, sempre em conluio com os países ricos e os países desenvolvidos. Alternativamente, desde que tudo beneficie os seus interesses económicos, o país é considerado estável e um país amigo, o que significa 'com que se pode trabalhar'.

Mas se surgem divergências, essas multinacionais accionam as suas redes, também em conluio com os seus governos, para minar a sociedade e controlar as instituições chave do Estado, incluindo o sector judiciário, orientando os seus agentes locais, recrutados para desacreditar o governo e suas agências e, acreditamos, através de mecanismos financeiros e bónus. Essas redes montadas nos países pobres actuam com uma consistência extraordinária, conhecendo as fraquezas do país e explorando-as, no estilo próprio dos tempos coloniais de 'dividir para reinar'.

Compete à sociedade de cada país criar e reforçar um espírito patriótico que defenda prioritariamente os interesses nacionais. Existe actualmente uma tendência para desvalorizar e minimizar tudo o que é alcançado dentro do próprio país. E, na minha humilde opinião, este facto acontece porque a componente intelectual da sociedade, em cada um dos nossos países, está ávida do poder e entende falsamente que, estando no poder, poderá resolver todos os problemas do país.

As sociedades dos países em desenvolvimento não entendem que os países desenvolvidos já estabeleceram tudo ao longo de centenas de anos, utilizando o trabalho forçado dos escravos e explorando a riqueza das suas colónias (desde infra-estruturas a instituições do Estado, desde as grandes componentes da economia aos recursos humanos e tecnologia) e que, nos dias de hoje, a alternância do poder apenas ocorre para responder aos problemas sociais e económicos imediatos do País. Em países em desenvolvimento, a pobreza e as desigualdades sociais, a capacitação das instituições do Estado e a estabilidade são, entre outros, os grandes desafios enfrentados pelos governos.

Se as nossas sociedades não conseguem ou não querem compreender estas diferenças substanciais, não haverá lugar para a coesão nacional, quando confrontado com as ameaças de instabilidade provocadas por influências externas. E, quanto mais frágeis e instáveis politicamente são os nossos países, a subserviência política torna-se, digamos assim, o resultado que se traduz numa dependência daqueles que podem, daqueles que gostam de dar lições e dos que mandam.

As sociedades nos nossos países devem saber que o ideal de um 'apoio desinteressado' não existe, e é pior quando há um interesse notório em oferecer 'apoio', como acontece em algumas ocasiões em que forcem, mesmo se o país beneficiário não aceita, ou porque não é uma prioridade ou porque não é utilizado o sistema do país.

E muitos países poderosos preferem dar apoios financeiros a algumas organizações da sociedade civil para gritarem contra a corrupção e violação dos direitos humanos, mas estas nossas organizações não sabem ser transparentes sobre quanto dinheiro recebem, de quem recebem e como usam o dinheiro. Hoje em dia e nos nossos países, intelectuais e peritos, políticos e activistas perderam a noção da soberania, perderam a noção dos interesses nacionais, perderam a noção dos superiores interesses do povo, na medida que estão embevecidos pelo calor dos direitos humanos, da democracia e da transparência, que absorveram de maneira muito convencional.

Esses nossos concidadãos perderam a noção da complexidade dos problemas do país e imaginam que as organizações internacionais, que eles veneram, e os países ricos, a que se submetem, podem vir com uma varinha mágica resolver tudo num curto período de tempo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores

Sabendo-se que no próximo ano a Comunidade da ASEAN vai ser estabelecida, considero que a ASEAN tem de fazer os ajustamentos necessários na sua visão programática, para que possa apresentar-se como uma organização madura perante os paradigmas mundiais. A ASEAN deve também rever a sua metodologia de trabalho, para que se possa apresentar como uma Organização que produz resultados significativos para o benefício das suas populações.

A ASEAN deve evitar copiar a maneira de pensar das grandes organizações internacionais que se ocupam a produzir relatórios enormes, para terem material suficiente para incontáveis reuniões, onde os peritos têm apenas a oportunidade de se revelarem fora dos contextos próprios de uma região e de cada país, recomendando o mesmo remédio para todos os males.

No ano passado, aqui no VI FDB, realcei a necessidade de uma maior consciência dos cidadãos de cada país para colocar os interesses do país acima dos interesses de grupos e de indivíduos. Hoje, estou a alargar o mesmo pensamento à região.

O FDB tem sido um fórum de extrema utilidade, um fórum que permite a todos os participantes expressar não só os anseios mas também as preocupações, abordar temas de relevância mundial e questões de observância dos princípios e valores universais, num ambiente de total abertura. Foi, para mim, um privilégio e uma honra ter podido participar neste fórum de discussão, onde a liberdade de pensamento e de expressão tem sido o apanágio.

Em termos de complementaridade a esta valiosa iniciativa do Presidente da República da Indonésia, Dr. Susilo Bambang Yudhoyono, na ocasião da recente visita de Sua Excelência a Díli, o meu Presidente da República, General Taur Matan Ruak, anunciou a necessidade de se criar um Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz, com sede no meu país.

O meu Governo comprometeu-se a realizar este nobre ideal do Presidente da República. O meu Presidente fez este anúncio, com a convicção de que poderemos contar com a participação de SBY, um grande amigo de Timor-Leste, assim como com a participação de individualidades internacionais e nacionais, tais como o Dr. José Ramos-Horta e o Dr. Mari Alkatiri. Timor-Leste pretende contribuir de forma decisiva para este esforço colectivo na região, na afirmação da tolerância na diversidade e no compromisso comum para o desenvolvimento da pessoa humana, como base para a estabilidade democrática e a consolidação dos nossos Estados.

Para terminar, permitam-me, Senhoras e Senhores, expressar aqui o sentimento de gratidão do povo de Timor-Leste ao Dr. Susilo Bambang Yudhoyono que, ainda antes e ao longo dos seus dois mandatos, teve um papel crucial no desenvolvimento das relações entre as nossas duas nações e os nossos dois Estados.

De Timor-Leste, acompanhámos a transição democrática na Indonésia, enquanto ao mesmo tempo iniciámos o nosso próprio processo de construção do Estado. O processo democrático na Indonésia vai servir como uma referência para muitos outros processos que ainda não conseguiram quebrar o *'status quo'* para a situação de resiliência.

Nos primeiros cinco anos, o Presidente SBY enfrentou dois enormes desafios que lhe exigiram uma capacidade de liderança firme e consistente: os desastres naturais, a começar com Aceh, e a estabilidade do país, a partir das bombas de Bali. O extremismo que se estava a alastrar pelo país exigiu medidas de um líder enérgico e resoluto, resultando na estabilidade em todo o Arquipélago.

O segundo mandato foi preenchido com um esforço de consolidação das instituições do Estado, em particular do sector judiciário, permitindo assim um avanço extraordinário no sistema de *'checks and balances'* e afirmo isto com total respeito pelas opiniões contrárias. Para além disso, o Presidente SBY projectou a Indonésia na cena mundial, com grandes avanços no sector económico que, diga-se de passagem, é uma área complexa onde as desigualdades, em todo o território indonésio, não podem exigir respostas iguais e imediatas.

A democracia não é uma solução imediata para os problemas do país. O sistema económico e financeiro do mundo está viciado, à mercê dos ricos e poderosos. Temos de procurar novas formas de desenvolvimento sustentável, que respondam ao potencial e às capacidades de cada país, sem perder de vista os valores universais porque, todos concordamos, esses valores podem garantir a dignidade humana.

Na nossa humilde análise, os dois mandatos do Presidente SBY foram de crucial importância para o processo de transição democrática na Indonésia, colocando a Indonésia como a terceira maior democracia do mundo, com uma sociedade tolerante, e com potencial de vir a ser uma potência económica de peso, na região e no mundo.

Parabéns Dr. Susilo Bambang Yudhoyono, pelo seu enorme esforço na consolidação de valores e princípios, que até os países mais desenvolvidos estão a desvalorizar com a nova noção de *'pragmatismo'* para defenderem os seus interesses de hegemonia económica, através de intervenções armadas, directa ou indirectamente.



Em nome do meu Governo e do Povo de Timor-Leste, expresso sinceramente os nossos melhores desejos de grandes êxitos para o próximo Presidente da República da Indonésia, Joko Widodo, à sua equipa e, sobretudo, a todo o povo irmão indonésio.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão  
Bali, 10 de Outubro de 2014